

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14536154>

O trabalho como processo educativo/formativo

Erivan Hilário dos Santos

hilarios.erivan@gmail.com

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pós graduando (lato-senso) em Ensino de Ciências Humanas e Sociais pela UFSC.

Resumo

O presente trabalho busca refletir sobre alguns aspectos relevantes, que vão configurando o trabalho enquanto dimensão, que possibilita processos de aprendizados fundamentais para a formação do ser humano, ou seja, compreendê-lo em sua natureza e não simplesmente nas formas históricas as quais o mesmo veio assumindo. Trata-se de perceber que o ser humano aprende em diversos tempos e espaços de sua vida, não somente na instituição escola. Não dá para pensar o trabalho descolado de outras relações sociais constitutivas do sujeito e, portanto, a educação apontará para uma nova sociedade, formará novos sujeitos, quando articulada com a luta para que o trabalho esteja pautado por relações superiores à capitalista.

Palavras-chave: trabalho – educação – processo educativo/formativo

Apresentação

O presente texto é resultado de uma reflexão produzida a partir da seguinte pergunta: trabalho de criança, sim ou não? Nesse sentido, expressa aqui a intenção de mapear alguns elementos teóricos para contribuir nesse debate.

Percebe-se que o tema trabalho tem vasta bibliografia, com produções que vão revelando concepções distintas em torno dele. Portanto, não é uma tarefa fácil retomar tal debate. Por outro lado, o fato de termos uma vasta produção sobre o assunto oferece a vantagem de uma melhor assimilação sobre algumas definições já consolidadas acerca da questão.

Este artigo foi escrito para integrar a pesquisa Escola do Campo e Trabalho de Crianças e Adolescente de Pernambuco, realizada pelo Ministério do Trabalho de Pernambuco, Secretaria Estadual de Educação, Conselho Estadual de Educação e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME. Para isso, tivemos como base alguns autores como MARX (1988), FRIGOTTO (2007), MEKSENAS (2005) DALMAGRO (2007) e publicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

A pesquisa acima citada teve como objetivo fazer um estudo da realidade da educação e do trabalho de crianças e adolescentes nos municípios de Pernambuco, e este artigo traz presente a compreensão de alguns Movimentos Sociais, em particular, o MST a respeito da questão, justamente por compreender que o trabalho é *“condição básica e fundamental de toda a vida humana”* que dele gestam processos educativos numa perspectiva ampla de educação.

Portanto, este texto traz presente não apenas a concepção de trabalho e educação, mas também, de maneira breve, a problemática em torno do trabalho infantil, partindo do pressuposto de que ocorreram transformações no modo de produção nas últimas décadas e, com isso, novas formas de exploração do trabalho humano, dentre elas, o trabalho de crianças e adolescentes. Como

não dá para reduzir o trabalho a formas dadas no imaginário social, trazemos presentes alguns elementos que configuram o trabalho como processo que educa os sujeitos.

Trabalho e educação

Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda a sociedade só vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação. (Leandro Konder, 2000, p.112)

Tomando como base a referida epígrafe, fica nítida a relação intrínseca entre trabalho e educação. Em se tratando de ambos, enquanto existirem seres humanos, haverá trabalho, educação, haverá história, pois estar vivo é o pressuposto básico para tais práticas, as quais permitem que a existência humana ocorra. Assim, buscaremos refletir sobre alguns aspectos relevantes, que vão configurando o trabalho enquanto dimensão que possibilita processos de aprendizados fundamentais para a formação do ser humano.

O trabalho se constitui como fator determinante para a existência humana e isso não oferece dúvida, pois se trata de conceber que o trabalho é uma “atividade que exige do gênero humano o uso constante das capacidades mentais e físicas na construção dos meios que possibilitem a sobrevivência” (MEKSENAS, 2005 p. 17). Portanto, não cabe reduzir o trabalho a algumas formas que, ao longo da história, o mesmo foi assumindo, embora não dê para falar de trabalho sem trazê-las presentes. Para FRIGOTTO (2007):

Não se pode, então, confundir o trabalho na sua essência e generalidade ontocriativa (Lukács, 1978), com certas formas históricas que o trabalho vai assumir - entre elas a servil, a escrava e a assalariada sendo que nesta última é comum confundir trabalho com emprego ou se pagar as questões inerentes à venda da força de trabalho pelo trabalhador. (p. 2)

O trabalho acompanha e promove todo o processo de evolução da espécie humana, o que delimita uma compreensão em torno de sua existência, antes da constituição das sociedades, conforme conhecemos hoje. Podemos considerar que o primeiro ato histórico do ser humano seria a produção dos meios necessários para satisfazer as necessidades humanas. Então, aqui o trabalho se apresenta como uma relação permanente entre ser humano e natureza, pois, ao realizar determinadas ações que permitem a construção de certos instrumentos, o homem vai modificando, transformando a natureza externa, deixando suas marcas e, concomitante a isso, vai também modificando a sua própria natureza. É o que afirma Marx (1988 p.142):

Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Na medida em que o gênero humano evolui, realizando o processo de transformação da natureza por meio do trabalho, foi desenvolvendo, criando outras práticas que fortalecem a própria existência humana, ou seja, criou valores, ideias, crenças, deu existência a todo um jeito de conceber o mundo. Com isso, foi passando a existir a preocupação de poder assegurar para as gerações futuras certos aprendizados, que garantiam a sobrevivência. Para MEKSENAS (2005), esse fato faz com que o ser humano se preocupe em transmitir suas experiências cotidianas a seus semelhantes. Aquilo que se aprende na prática é veiculado para outras pessoas, o que possibilita que o conhecimento humano sobre a natureza não se perca, mas se acumule de

geração em geração. Nasce, assim, a educação: maneiras de transmitir e assegurar a outras pessoas o conhecimento de crenças, técnicas e hábitos que um grupo social já desenvolveu a partir de suas experiências de sobrevivência (MEKSENAS, 2005).

Portanto, a Educação refere-se a um amplo processo de formação que é oriunda do jeito de como produzimos a nossa existência. Nesse sentido, DALMAGRO (2007, p.7) ressalva que “as formas e os objetivos educacionais de qualquer sociedade se encontram sempre em relação íntima com o modo de vida de tal forma social e, portanto, com suas relações de produção e de trabalho. O processo educativo consiste, em última instância, em transformar os “indivíduos” de um determinado grupo social em participantes de tal sociedade, isto é, comungando o modo de vida, os valores e as relações socialmente aceitas. As formas de educação predominantes nas diferentes épocas efetivam-se como necessidade do período em questão, significando que a educação não é determinante das sociedades, mas fruto do que e como os homens produzem sua existência”.

Diante do exposto, percebe-se, então, que é por meio da Educação que os grupos sociais tentam tornar comum alguns valores, práticas, ideias, posturas. Assim, vai nesse movimento da vida ocorrendo o processo de socialização como sendo a capacidade que os indivíduos têm de influir no comportamento do outro, aprendendo e ensinando, conhecendo e se fazendo conhecer nas ações, que emergem do desejo permanente de, nas práticas cotidianas, afirmar a existência humana. Portanto, educar é preparar novos sujeitos sociais capazes de realizar a reprodução e a transformação na nossa existência social.

Já vivemos momentos na sociedade em que era atribuída à escola exclusividade em educar, e a sociedade “tirava” de si essa responsabilidade, que também lhe compete. Essa visão, que ainda perdura na sociedade atual, é difundida, inclusive, pela classe hegemônica, quando lhe interessa, ignorando outros tempos e espaços que são, por excelência, experiências sociais motoras de aprendizagens. É preciso romper com tais paradigmas e perceber que a formação dos sujeitos acontece em outros tempos e espaços, não sendo somente na escola. As pessoas aprendem nas suas práticas cotidianas, na sua experiência humana, pois essas práticas estão carregadas de significados, o que garante processos de aprendizados, que possibilitam projetar aquilo de que necessitam para viver melhor. Então, educamo-nos no trabalho, na família, na comunidade, nos movimentos sociais, na escola; aprendemos e ensinamos no coletivo, pois viver em coletivo é o que dá possibilidade à existência humana.

É importante ressaltar que tais afirmações não ocultam o papel da escola na sociedade, ao contrário, reafirmam um dos múltiplos espaços em que a formação humana acontece de modo específico e, para realizar a sua função social, precisa aprender com as práticas sociais, com os processos educativos que acontecem fora dela como no mundo da produção, da luta social, da cultura, construindo, assim, o seu trabalho pedagógico de modo que esteja coerente com as questões mais amplas da formação.

A educação apontará para uma nova sociedade, formará novos sujeitos, quando articulada com a luta para que o trabalho esteja pautado por relações superiores à capitalista. Por isso, faz-se necessária a busca constante por construir novas bases produtivas que democratizem a terra, eliminem a propriedade privada dos meios de produção, garantam a soberania alimentar e preservem a biodiversidade, possibilitando a geração de renda. A luta por novas bases produtivas implica necessariamente novas relações educativas. Ambas as práticas tratam de processos educativos/formativos, que devem apontar para a formação de novos sujeitos sociais e para a construção de uma sociedade solidária, livre, plena e, socialmente justa. Portanto, são as contradições geradas pelo próprio sistema capitalista, que provocam todo um processo de

desigualdade social e econômica, caracterizado sempre por uma divisão estrutural em classes e redutora das possibilidades humanas. Então, para manter esse sistema e continuar com a reprodução capitalista, é necessária a perpetuação da exploração da força de trabalho.

Conforme foi abordado anteriormente, o trabalho tem a potencialidade de ser um ato criador de riquezas a serviço da coletividade, chamada humanidade; todavia, a lógica de organizar a vida ao longo da história foi se modificando, e uma das principais mudanças foi a construção da relação de subordinação do trabalho ao capital e isso se traduz como um dos fatores centrais que sustenta a existência de tal sistema. Nessa relação de subordinação do trabalho ao capital, o que ocorre é um processo de expropriação dos trabalhadores dos meios de produção, esses ficando apenas com a sua força de trabalho, passando a ser mercadoria, pois, como os trabalhadores não possuem os meios de produção social, são obrigados a vender a única coisa que têm, ou seja, a força de trabalho.

As transformações ocorridas no modo de produção nas últimas décadas têm recuperado as formas intensivas de exploração da força de trabalho que conheceu no surgimento da sociedade capitalista¹ e, dentre elas, o trabalho de crianças e adolescentes. Nesse processo de incorporação das crianças, vamos percebendo o caráter de exploração quando envolve principalmente: atividades de período integral, uma carga horária bastante elevada, atividades estressantes, incompatíveis com a idade, quando tais atividades impedem o acesso da criança à escola, quando comprometem sua dignidade e autoestima, como é o caso do abuso e da exploração sexual, dentre outros aspectos. Qualquer forma de trabalho, em que apareçam tais características, compromete o desenvolvimento integral das crianças.

Portanto, a utilização do trabalho infanto-juvenil no processo produtivo tem a sua razão de ser nas relações sociais capitalistas e na relação que se estabelece com o novo modo de produzir. Ela não é resultado da vontade das famílias dos trabalhadores, muito menos de determinada tradição cultural, como os ideólogos do sistema capitalista costumam afirmar". (SILVA, 2003, p.3)

Quando, em muitos casos, a criança trabalha no campo, atende uma necessidade objetiva, porque é a própria sociedade que a empurra para isso. Portanto, seria cômodo atribuir total responsabilidade para as famílias devido às condições econômicas, sociais, culturais geradas pelo sistema. No entanto, não podemos considerar toda atividade infantil como trabalho explorado. Entendemos que é importante a introdução das crianças no trabalho com as dimensões de socialização, de aquisição de responsabilidades, de noção de produção da existência, considerando suas possibilidades.

Para SOUZA (2004)³

No caso dos camponeses, o trabalho infantil precisa ser compreendido a partir das condições sociais de sua reprodução e não de determinações capitalistas (Menezes, 2000:03), pois nessas unidades, o trabalho emerge como valor central na socialização das crianças até chegado o momento de frequentarem a escola, geralmente a partir dos sete anos de idade, quando passam a vivenciar uma nova forma de socialização que não substitui o trabalho, mas que se une a ele.

Ainda em SOUZA (2004), sem negar a função prática do trabalho, ressaltamos que ele deve ser visto também como dispositivo de socialização dessas crianças do campo. Ele as dignifica, garante-lhes a honra e o respeito que lhes são devidos, adquirindo um caráter socializador. Para

1 Para ampliar essa informação conferir, entre outros, ENGELS, FRIEDRICH. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

2 SILVA, Francisco Carlos Lopes da. O trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista. (artigo disponível no site: http://www.educaremvista.ufpr.br/arquivos_15/lopes_da_silva.pdf acessado no dia 10 de janeiro de 2008.

3 SOUZA, Emiliene Leite de. Um outro olhar sobre o trabalho infantil: o caso das crianças de Capuxu. UFPB, 2004.

alguns, essa experiência da infância no campo retira e ignora a dimensão lúdica, o que, em parte, podemos considerar uma verdade (quando se trata de um trabalho que submete a criança a uma disciplina rígida e carga horária intensiva). Por outro lado, precisamos considerar os momentos que foram e que são lúdicos: o transformar a espiga de milho em uma boneca e passar horas e horas brincando, ou então, brincar de esconde-esconde na plantação, criar histórias debaixo das árvores ou nos ranchos. Obviamente, que aqui não dá para olhar somente para o aspecto da cultura, da socialização, mas existe forte determinação nas necessidades econômicas das famílias que acabam, desde cedo, introduzindo a criança no mundo do trabalho com a preocupação de garantir a transmissão de saberes acumulados por sua geração à geração seguinte: filhos e netos...

Então, por que o trabalho educa?⁴

O trabalho educa porque atinge várias dimensões da formação humana:

- O trabalho educa formando consciência.
Compreendemos, aqui, consciência como a visão de mundo das pessoas e seu jeito de se posicionar diante da realidade. Seu modo de pensar, suas crenças, seus gostos, seus valores éticos e culturais. Sabemos que é a existência social que forma a consciência social de cada um de nós. Ou seja, nossa visão de mundo depende das condições objetivas em que vivemos. E, dentre essas condições objetivas, a forma como garantimos a nossa sobrevivência material é a mais determinante. É muito diferente o nível de consciência de quem está dentro de um processo produtivo e de quem não está. O trabalho é uma dimensão tão forte para a vida das pessoas, que molda a sua personalidade, o seu jeito de ser.
- O trabalho educa produzindo conhecimentos e criando habilidades.
Grande parte do conhecimento científico produzido pela humanidade nasceu a partir do trabalho e das necessidades de tornar a relação com a natureza mais facilitada e enriquecedora para o ser humano. Através do trabalho, as pessoas incorporam, pelas ações e comportamentos, o acúmulo dos conhecimentos produzidos e produzem novos, à medida que passam a dominar a técnica do que fazem.
- O trabalho educa provocando necessidades humanas superiores.
As pessoas, para atenderem às suas necessidades básicas ou naturais: comer, vestir, morar, reproduzir-se, à medida que trabalham, passam a aumentar o círculo de objetos e de pessoas com as quais se relacionam. E quanto mais aumenta esse círculo, mais se enriquecem e aumentam as necessidades. Em vez da simples necessidade de comer, aparece a necessidade de comer alimentos cozidos, com talheres, etc. Assim como aparecem as necessidades de caráter mais cultural: ler, conhecer lugares, frequentar festas, aprender cada vez mais sobre o que nos cerca, sobre o mundo em geral. Quanto maiores forem e mais complexas as necessidades, estarão motivadas para prosseguir e se qualificar no trabalho. E esse parece ser o ciclo fundamental para o ser humano tornar-se cada vez mais humano, cada vez mais pleno.

Na concepção do trabalho como base da formação e educação humana é mexer com todas as dimensões, podemos dizer que o consideramos mais plenamente educativo quando for uma atividade humana ampla, livre de mediação com a natureza e com outros seres humanos, muito além da exploração do capital. Dentre as dimensões destacamos algumas:

4 Os elementos que se seguem nos três tópicos estão presentes no Boletim de Educação do MST de nº. 04, 1994.

- a formação organizativa;
- a formação técnico-profissional;
- a formação do caráter ou moral (valores, comportamento com as outras pessoas);
- a formação cultural e estética;
- a formação afetiva.

Considerações finais

Diante do exposto, podemos concluir que o trabalho é, ao mesmo tempo, educativo e deseducativo, pois não apenas está pautado num processo de exploração, a que trabalhadores só obedecem, mas também permite a produção e existência do ser humano. As pessoas se educam quando experimentam o trabalho socialmente dividido, o que as leva a uma ação concreta de cooperação. Ao terem que executar algumas tarefas com eficiência, estão se apropriando de habilidades técnicas, mas fundamentais; será educativo quando a apropriação da riqueza produzida for socialmente dividida.

Quando é o trabalho coletivo, percebe-se, ainda, que as circunstâncias vão possibilitando tais trabalhadores e trabalhadoras a se perceberem enquanto classe, que é explorada. É importante lembrar que não é o tipo de trabalho que torna mais educativo ou deseducativo, mas “são as relações que as pessoas conseguem estabelecer com o trabalho e entre si, para realizá-lo, os elementos determinantes do seu caráter mais educativo ou mais deseducativo” (MST, 1994).

Considerando as reflexões até aqui apresentadas, reafirmamos a ideia de que o trabalho tem um potencial pedagógico. Para FRIGOTTO (2006 p.3) “nesta concepção de trabalho o mesmo se constitui em direito e dever e engendra um princípio formativo ou educativo. O trabalho como princípio educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho é comum a todos os seres humanos, evitando-se, dessa forma, criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros”.

Compreender o trabalho como processo educativo é afirmá-lo como experiência humana, que se enraíza no sentido da luta constante dos seres humanos em produzirem a sua própria existência, rompendo com qualquer forma de discriminação, marginalização, exploração. E, por fim, parafraseando Paulo Freire, ninguém trabalha sozinho; as pessoas trabalham e se educam entre si, descobrindo, assim, novos caminhos.

Referências

ANTUNES, Ricardo. (org). A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DALMAGRO, Sandra. Sobre Trabalho, Educação e a Escola. UFSC, 2007 (Texto elaborado para apresentação em Seminário no Doutorado).

ENGELS, FRIEDRICH. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. (orgs). Ensino médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do Trabalho e o ensino médio. 2007.

KONDER, L. A construção da proposta pedagógica do SESC Rio. Rio de Janeiro, Editora SENAC, 2000.

MARX, K. O Capital. Volume I. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 12ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MST. Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990 – 2001. Caderno de Educação nº 13. Edição Especial. São Paulo 2005.

MST. Escola, Trabalho e cooperação. Boletim da Educação nº 4. São Paulo, 1994.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. O debate sobre a centralidade do trabalho. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Lopes da. O trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista. 2003.

SOUZA, Emiliene Leite de. Um outro olhar sobre o trabalho infantil: o caso das crianças de Capuxu. UFPB, 2004.